

**MARCOS JANK.**

**SÓCIO-DIRETOR DA PLATAFORMA AGRO E EX-PRESIDENTE DA UNICA**

**ENTENDENDO A QUEDA DE PREÇO DAS COMMODITIES** 21/08/2013

Fala-se cada vez mais do impacto da desaceleração do crescimento da China e de outros países emergentes sobre o valor das exportações brasileiras de commodities. O fim do atual ciclo de alta de preços vem novamente acompanhado da surrada ladainha sobre uma suposta inadequação da nossa pauta de exportações, excessivamente dependente de commodities sensíveis à queda dos preços.

Em primeiro lugar, é fundamental separar as diferenças entre commodities agropecuárias, minerais e energéticas. No caso das energéticas, tivemos uma alta dos preços reais da ordem de 1.000% ao longo dos últimos 60 anos, puxada pela crescente escassez de petróleo barato. Nos minerais e metais, a alta foi da ordem de 100% no mesmo período, porém mais concentrada na última década por causa do forte consumo desses produtos no mundo em desenvolvimento.

Já no agronegócio, os últimos 60 anos foram marcados por uma redução de preços reais da ordem de 25%, chegando a mais de 50% de queda na virada do século. Portanto, ao contrário das commodities energéticas e minerais, na última década os produtos agropecuários apenas recuperaram parte da queda de preços ocorrida no século 20. Essa queda secular derivou basicamente da incorporação de novas tecnologias no campo por meio do modelo capital-intensivo de produção nascido nos EUA (genética, mecanização, irrigação, etc.), posteriormente reproduzido nas "revoluções verdes" da Ásia e na conquista dos Cerrados tropicais brasileiros.

Em segundo lugar, é fundamental separar movimentos estruturais e conjunturais. Conjuntamente, os preços das commodities podem cair em 2013/14 por motivos semelhantes aos que ocorreram em 2008/09. Naquele momento, a queda momentânea de preços foi provocada pela crise financeira nos países desenvolvidos; neste momento, decorrem da desaceleração das economias em desenvolvimento combinada com supersafras em alguns países-chave, como EUA e Brasil.

Estruturalmente, no médio e no longo prazos, que é o que realmente interessa, a conversa é outra. As commodities energéticas e minerais podem, de fato, viver uma queda mais duradoura após os picos de preços da última década. Alguns fatores que motivariam essa queda são o surgimento de novas tecnologias para a produção de energia - como o gás de xisto nos EUA - e o redirecionamento da China para investimentos em consumo, em detrimento dos investimentos em infraestrutura.

Já no caso das commodities agropecuárias, uma análise mais minuciosa mostra que os preços continuarão elevados no médio e no longo prazos, em função de mudanças estruturais na demanda dos países em desenvolvimento que tendem a superar sua capacidade de oferta. Três fatores explicam essa tendência: 1) o forte crescimento da população mundial, que vai passar de 7 para 9,6 bilhões de pessoas entre hoje e 2050, de acordo com as últimas revisões da ONU; 2) a migração do campo para a cidade, da ordem da 1,6 bilhão de pessoas no mesmo período, sendo que a maioria deixa a agricultura de subsistência para entrar no mercado de consumo de alimentos; 3) o aumento da renda per capita nos países em desenvolvimento, ainda bastante elevado, apesar da desaceleração econômica. Por exemplo, no caso da China a constatação é matemática: 7,5% de crescimento sobre um PIB de US\$ 9 trilhões este ano representa um valor 37% maior que 14% de crescimento sobre o PIB de US\$ 3,5 trilhões de 2007.

Portanto, crescimento populacional, urbanização acelerada e aumento da renda per capita, combinados com as crescentes restrições de terra e água do planeta, são mudanças estruturais que beneficiarão o Brasil. Para ilustrar o potencial basta verificar que o consumo per capita de carne bovina na China é apenas 10% do observado no Brasil; de leite, 16%; de frango, 20%; e de açúcar, 21%.

Outro movimento importante é a mudança dos hábitos alimentares na direção do maior consumo de proteínas animais. Porém, em função das barreiras tarifárias e não tarifárias que dificultam nossas exportações para a Europa, os EUA e as grandes economias emergentes, infelizmente ainda não conseguimos aproveitar amplamente essa oportunidade. A China, por exemplo, vem abrindo cada vez mais o seu mercado para soja e milho, principais componentes das rações animais, mas mantém proteções cirúrgicas para carnes e lácteos. Em 2050 a produção chinesa vai representar apenas 38% do consumo doméstico de soja e 71% do de milho, movimento que tem impulsionado fortemente nossas exportações de grãos. Mas em aves e suínos a China aparentemente fará de tudo para manter sua autossuficiência.

É por isso que o agronegócio brasileiro, um dos únicos setores da economia brasileira com presença global, paga caro pela ausência de acordos comerciais do País com os grandes importadores. Nos últimos dez anos nossa política comercial ficou engessada pelos sucessivos impasses do Mercosul. Ficamos à margem e vamos sofrer importantes "desvios de comércio" com a consolidação de duas grandes alianças comerciais: a Parceria Transatlântica entre EUA e União Europeia (TTIP) e a Parceria Trans-Pacífico, entre EUA, Canadá, México, Peru, Chile e pelo menos seis países da Ásia e da Oceania (TPP).

Em suma, ao contrário de energia e minerais, a eventual queda de preços das commodities agropecuárias seria apenas um movimento conjuntural. Estruturalmente, o apetite global por produtos alimentares vai continuar mostrando muito vigor e beneficiando o Brasil. Mas nossos maiores desafios estão aqui dentro: redução de custos (já que não somos mais um país de custo baixo na agricultura), investimentos em logística, agilidade nas políticas de defesa sanitária e negociação de acordos comerciais com os grandes importadores mundiais de commodities.

**Artigo originalmente publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 21/08/2013.**